Em Tese

UMA NOVA LÓGICA DE ORÇAMENTO IMPOSITIVO E UM NOVO MOLDE DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: O CASO DO ORÇAMENTO LEGISLATIVO PARTICIPATIVO DE FLORIANÓPOLIS (OLP)

A new logic of mandatory budgeting and a new form of participatory budget: the case of the Participatory Legislative Budget of Florianópolis

Franciele Boeira Cataneo
Mestra em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, Brasil
franbcataneo@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-1825-0097

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo

RESUMO

Este artigo apresenta o resultado do estudo de caso sobre o Orçamento Legislativo Participativo (OLP) de Florianópolis, Santa Catarina. À luz da perspectiva neoinstitucionalista, foi analisado e descrito o caso do OLP, o que compreendeu um resgate acerca da origem, trajetória, estrutura e das normas e regras dessa experiência, assim como também foram explorados os elementos do seu desenho institucional que a qualificam como uma inovação democrática. O OLP é formatado pela interseção das prerrogativas do Orçamento Impositivo e do Orçamento Participativo, por isso, é apresentado tendo em conta as lógicas e os moldes destes dois instrumentos orçamentários. De natureza qualitativa e exploratória, o universo da pesquisa limitou-se à experiência do Sul da Ilha de Florianópolis, da qual resultaram nove projetos comunitários. Em síntese, a conclusão indica para a presença de elementos no desenho institucional do OLP que mantêm, adaptam e/ou inovam as lógicas e os moldes do Orçamento Impositivo e do Orçamento Participativo aplicados a essa experiência.

PALAVRAS-CHAVE: Orçamento Impositivo. Orçamento Participativo. Emendas Parlamentares. Neoinstitucionalismo. Inovação democrática.

ISSN 2675-3359
Revista Mineira de Recursos Hídricos
v. 3, 2022
Instituto Mineiro de Gestão das Águas - rmrh.igam.mg.gov.br

AVALIAÇÃO DA TRANSIÇÃO DO MODELO DE APOIO AOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS CATARINENSES

Evaluation of the transition of the support model for the catarinense watershed committees

Cintia Hoffer da Rocha [1]
Franciele Boeira Cataneo [2]
Marcionize Elis Bavaresco [3*]
Priscilla da Cunha Neves Santos [4]
Vinicius Tavares Constante [5]

XLVI Encontro da ANPAD - EnANPAD 202
On-line - 21 - 23 de set de 202
2177-2576 versão onlin

Emendas Parlamentares Impositivas: Uma análise da distribuição em Santa Catarina

Autoria

Sulivan Desirée Fischer - sulivan.fischer@gmail.com
Prog de Pós-Grad Profissional em Administração/Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas/ESAG / UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

Ivoneti da Silva Ramos - ivoneti.ramos@udesc.br
PPGPLAN / UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

Franciele Bocira Cataneo - franbcataneo@gmail.com
Programa de Extensão - Laboratório de Aprendizagem em Serviços Públicos / FAPESC - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar a distribuição das emendas parlamentares impositivas no estado de Santa Catarina, com base nos valores orçados e pagos, nos anos de 2018 a 2021. A pesquisa, exploratória-descritiva, de natureza quali-quantitativa, consiste em levantamento da legislação, histórico e análises da distribuição orçamentária e espacial das emendas impositivas. A pesquisa revela que em 2018 os valores orçados foram integralmente destinados à educação e 2019 houve alteração na distribuição dos recursos, para educação (24,79%), saúde (51,13%) e administração (24,08%). Em 2020, observa-se expansão dos valores das emendas para a administração (40,71%), enquanto saúde mostra queda (33,81%). Em 2021, há maior diversificação e a distribuição aponta para a função infraestrutura (30,64%), agricultura (7,56%), educação (21,80%), saúde (21,23%), segurança pública (9,79%) e Fundam (8,98%).As evidências empíricas mostram que: a) os valores orçados ficaram abaixo do limite mínimo para a educação em 2019 e para a saúde em 2020, e acima do limite máximo para demais funções governamentais em 2020; b) o valor orçado cresceu e as funções atendidas foram diversificadas; c) há emendas com impedimentos técnicos e há valores não pagos; e d) municípios de até 10 mil habitantes receberam volume